JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Corregedoria Regional

Relatório de Correição Ordinária na
1ª Vara Federal de São João de Meriti
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

16 a 20/10/2017

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Corregedoria Regional

Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA 5
2. METODOLOGIA UTILIZADA 6
3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL 8
4. GESTÃO DA SECRETARIA 9
5. GESTÃO DE METAS 10
5.1. Metas internas 10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ 10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade) 10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade) 11
5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação) 13
5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução) 13
5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas) 13
6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO 14
6.1. Produção e classificação de sentenças 14
6.2. Acervo concluso 15
6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR) 15
6.4. Audiências 17
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO 18
7.1. Acervo da unidade 18
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais mesma competência (mês de referência: 19
7.2.1. Acervo total 19
7.2.2. Acervo ativo 20
7.2.3. Acervo suspenso 20
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO 21
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários 21
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada 21
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO 22
9.1. Balcão de entrada 22
9.2. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR) 22
9.3. Publicação de atos judiciais 23
9.4. Registro de início do cumprimento do julgado 24
9.5. Documentos pendentes de juntada 25

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

TRF2
Fls 425

9.6. Expedientes para cumprimento de ordem judicial 26
9.7. Remessa externa 28
10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA 29
11. PROCESSOS SUSPENSOS 30
12. RPVs e PRECATÓRIOS 31
13. BENS PENHORADOS 32
14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS 33
15. LIVROS E PASTAS 34
16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA 35
17. TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL 36
17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR) 36
17.2. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados 36
18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR 37
19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS 38
20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES 39
21. ENCERRAMENTO 40

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 1ª Vara Federal de São João de Meriti da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VF-SJM), de 16 a 20/10/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, alterada pelas Portarias nº TRF2-PTC-2017/00154 e 307 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2º Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726 e 14447) e MPF/ES (7760 e 14449), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323 e 14444) e DPU/ES (7755 e 14441), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747 e 14452) e OAB/ES (7748 e 14451), a Advocacia Geral da União – AGU (7744 e 14448) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752 e 14445).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pela Meritíssima Juíza Federal VELLEDA BIVAR SOARES DIAS NETA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 3.562 processos físicos, sendo 408 em trâmite e 3.154 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006[1] para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a cerficação do trânsito em julgado

[1] art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL

Denominação: 01ª Vara Federal de São João de Meriti - Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (01VFSJM-RJ)

Data de instalação: 07/07/2003

Endereço: Avenida Presidente Lincoln 1090, Vilar dos Teles, São João de Meriti

Distância da Direção do Foro (SJRJ): 29 Km

Juíza Titular: Drª VELLEDA BIVAR SOARES DIAS NETA, desde 20/03/2013.

Juíza Federal Substituto: VANESSA SIMIONE PINOTTI

Diretora de Secretaria: Drª MARILIA DIAS MARCONI DA COSTA

Competências:

1) Cível

2) Execução Fiscal, ações tributárias, monitórias e de títulos executivos extrajudiciais.

Quadro de Pessoal desde a última correição

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
abril/16	3	7	0	0	10	13
outubr/17	4	7	0	0	11	13

A Diretora informou que a Vara está há mais de 1 ano com menos servidores do que o previsto, e que, desde o início de sua gestão, em 2013, nunca teve o quadro completo, com 13 servidores.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pela Diretora MARILIA DIAS MARCONI DA COSTA, nomeada pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores LEANDRO LUIZ MARQUES DE SOUZA e ANTONIO CARLOS BERCACOLA, e pelo Oficial de Gabinete CONRADO FEIJÓ DA SILVA, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º , da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 80% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária, de 03 a 07/04/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

TRF2
Fls 431

5. GESTÃO DE METAS

5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: 1) produzir minutas de despachos em 15 dias, de decisão em 40 dias e de sentanças em 90 dias; 2) juntar petições em 24 horas; 3) disponibilizar publicação de atos judiciais em até 7 dias; 4) não haver processos parados por falta de impulso cartorário em prazo superior a 30 dias; 5) Na execução fiscal, expedir mandados, ofícios, etc em até 90 dias.

5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se à Vara Federal correcionada as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade), 3 (Conciliação) e 5 (Processos de execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. A Diretora afirmou que a unidade atingiu quase 100% das metas 2016/CNJ. Os servidores estão familiarizados com as metas 2017/CNJ.

5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

"Identificar e julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente" [2]

O orgão recebeu, por distribuição, 135 processos em 2016 e julgou 123, cumprindo 94% da meta nº 1 CNJ/2016.

[2] A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se "a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais". Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitem em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.
Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às "entradas e saídas" ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos "distribuídos e julgados".
Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (*Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
1º Grau	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
Juizado Especial Federal	111.293	131.255	247	85%
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
Turma Recursal	42.594	39.908	68	107%
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
Tribunal Regional Federal	41.782	44.815	487	94%
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
Total - 2ª Região	234.898	256.601	1.925	92%
01ª Vara Federal de São João de Meriti-RJ	123	135	5	94%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/*2017.*

5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

"(i) 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e (ii) 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º e 2º graus ".

Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 96% dos 425 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2011).

Data	Meta %		Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara			
dez/16	100% - 1º Grau e 2º Grau		SJRJ	01ª Vara Federal de São João de Meriti-SJRJ		
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
Total - 2ª Região	119.151	106.450	5.082	111.532	7.619	94%
01ª Vara Federal de São João de Meriti-	425	387	21	408	17	96%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/*2017.*

Quadro relativo à parte (ii) da meta 2

(julgados 96% dos 513 processos-alvo no 1º grau até 31/12/2012).

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara	
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	01ª Vara Federal de São João de Meriti-SJRJ

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
Total - 2ª Região	167.653	148.128	7.927	156.055	11.598	93%
01ª Vara Federal de São João de Meriti-	513	468	24	492	21	96%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/*2017.*

Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
00052238820074025110	Embargos à ação monit.	Contrato de Empréstimo	sim	Certidão de intimação	26/09/17
00009844120074025110	Emb à Monit	Crédito Educativo - FIES	sim	Remessa TRF para julgar recurso	31/08/17
00009697220074025110	Emb à Monit.	Crédito Educativo - FIES	sim	Concl. para despacho	10/10/17
00002083420084025101	Embarg à Ex. Fisc.	Embarg c/ fundamento na decadência	sim	Cl. Para sentença	12/09/17
00083798420074025110	Embarg à Execução	IPTU	não	Retificação de autuação	18/09/17
00008729620124025110	Embarg à ação monit.	Contrato de Empréstimo	sim	Concl para despacho	05/10/17
00002700820124025110	Embargos de terc.	COFINS	sim	Intimação de Sentença	14/09/17
00025764720124025110	Embargos à Exec. Fisc.	COFINS	sim	Concl. p/ Sentença	05/10/17
00029445620124025110	Ordin. Tribut.	Revisão de débito	sim	Remessa p/ FN p/ manifest. S/ sentença.	09/10/17
00017205420104025110	Embargos à monit.	Crédito Educativo - FIES	sim	Moviment Cartorária expedir ofício	04/10/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não há, s.m.j, irregularidade atribuível à unidade correcionada.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

5.2.3. Meta nº 3 CNJ/2016 (Foco: Conciliação)

"Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior" [3]

O PORTAL não dispõe de relatório específico para acompanhamento da meta nº3 CNJ/2016 por unidade, mas do APOLO se extraem os seguintes dados que indicam o alcance da meta pelo órgão:

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2015: 5

Sentenças tipo B1 (homologatórias de acordo) em 2016: 7

5.2.1. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

"Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente." [4]

Não houve execuções não fiscais alvo da meta nº 5 CNJ/2016 distribuídas para a unidade correcionada.

5.2.2. Meta nº 6 CNJ/2016 (Foco: Ações Coletivas)

O órgão julgou 100 % dos processos-alvo da Meta 6 CNJ/2016:

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	628	537	36	573	55	91%
SJRJ	877	598	79	677	200	77%
SJES	115	70	18	88	27	77%
1º Grau	992	668	97	765	227	77%
Total - 2ª Região	1.620	1.205	133	1.338	282	83%
01ª Vara Federal de São João de Meriti	2	2	0	2	0	100%

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/*2017.*

[3] Assumida como compromisso pelos segmentos da Justiça Federal, da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, a Meta 3 tem como foco a conciliação, que objetiva potencializar a desjudicialização, por meio de formas alternativas de solução de conflitos, possibilitando às partes a solução pacífica, autocompositiva e célere dos litígios. (*Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 25*).

[4] A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (*Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32*).

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correcionada produziu 3.159 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017), com média de 263 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	35
B1	Homologatória de acordo	7
B2	Repetitiva (padronizada)	435
C	Sem resolução do mérito	2682
D1	Penal condenatória	0
D2	Penal absolutória	0
D3	Rejeição de queixa	0
D4	Rejeição de denúncia	0
E1	Extintiva de punibilidade	0
E2	Suspensão condicional da pena	0

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz , acesso em 02/10/2017.

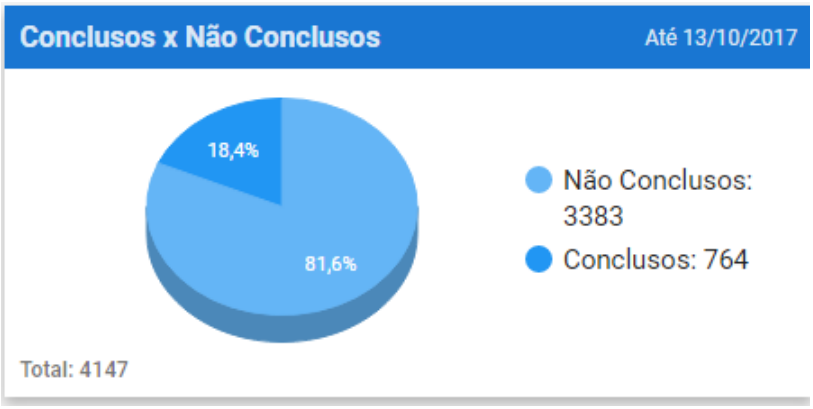
A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0500210-70.2015.4.02.5110	0117337-86.2015.4.02.5110	0001643-84.2006.4.02.5110	0083438-29.2017.4.02.5110
0000598-74.2008.4.02.5110	0000476-61.2008.4.02.5110	0001781-75.2011.4.02.5110	0083434-89.2017.4.02.5110
0003662-82.2014.4.02.5110	0001390-28.2008.4.02.5110	0001773-40.2007.4.02.5110	0083435-74.2017.4.02.5110
0003664-52.2014.4.02.5110	0027436-10.2015.4.02.5110	0001769-47.2000.4.02.5110	0083436-59.2017.4.02.5110
0127336-97.2014.4.02.5110	0088286-93.2016.4.02.5110	0001746-57.2007.4.02.5110	0083448-73.2017.4.02.5110

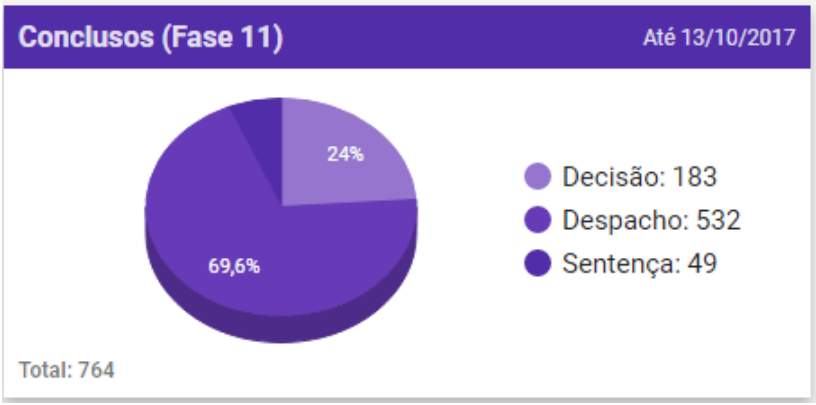
Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

6.2. Acervo concluso



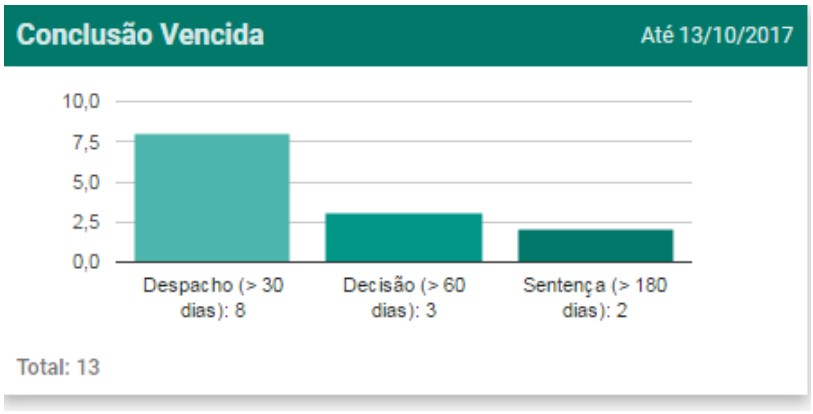
Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 13/10/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 13/10/2017

6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 13/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 13/10/2017), indica haver 2 processos aguardando sentença há mais de 180 dias (art. 227, III, CNCR), inspecionados os mais antigos a saber:

Conclusos para sentença

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0006613-25.2016.4.02.5160	ordinária	Contrato de conta de poupança	143	07/04/17	188
0014497-95.2015.4.02.5110	Embargos à EF	Embargos à EF de débitos em IRPJ, COFINS e PIS	146	07/04/17	188

Ambos processos foram sentenciados antes do encerramento da Correição, corrigindo a falha pontual, s.m.j.

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo conclusos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

Conclusos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0015591-10.2017.4.02.5110	Emb. à E.F.	IRPFísica	84	24/08/17	49
0501249-68.2016.4.02.5110	Emb. à Exucução por título extraj.	Contrato de empréstimo	47	24/08/17	49
0000996-21.2008.4.02.5110	Exec. por título extrajudic.	Contrato de empréstimo	160	24/08/17	49

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

0004675-34.2005.4.02.5110	Ação monitória	Contrato de empréstimo	20	25/08/17	48
0047629-12.2016.4.02.5110	Exec. Fiscal	COFINS	95	06/09/17	36
0500475-04.2017.4.02.5110	Emb à Exec. de Título Extraj.	Execução de mútuo	29	11/09/17	31

Conclusos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0001958-20.2003.4.02.5110	Exec. Fiscal	IRPJ	300	01/06/17	133
0009483-87.2002.4.02.5110	Exec. Fiscal	IRPJ	319	17/07/17	87
0004197-55.2007.4.02.5110	Exec. Fiscal	COFINS	37	08/08/17	65

6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/10/2016 até 30/09/2017) foram designadas 10 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

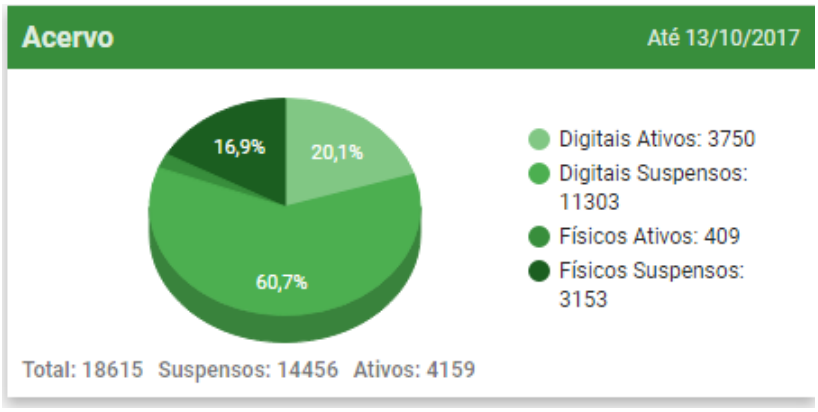
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

7.1. Acervo da unidade

Mês : Setembro | Vara : 01ª Vara Federal de São João de Meriti | Tipo de Processo | Medidas | Ano | Situacao Processo

			Eletrônico	Físico	Total
Processos	2012	Trâmite	7581	4980	**12561**
		Suspenso	2304	5490	**7794**
		Recurso TRF-2	26	707	**733**
	2013	Trâmite	7252	2432	**9684**
		Suspenso	4719	4668	**9387**
		Recurso TRF-2	81	748	**829**
	2014	Trâmite	4993	569	**5562**
		Suspenso	7882	4183	**12065**
		Recurso TRF-2	1249	926	**2175**
	2015	Trâmite	3319	435	**3754**
		Suspenso	9699	3401	**13100**
		Recurso TRF-2	1155	667	**1822**
	2016	Trâmite	3217	294	**3511**
		Suspenso	11037	3484	**14521**
		Recurso TRF-2	461	410	**871**
	2017	Trâmite	3988	606	**4594**
		Suspenso	11256	3150	**14406**
		Recurso TRF-2	464	238	**702**
	Total		**80683**	**37388**	**118071**

Fonte: PORTAL, acesso em 13/10/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 13/10/2017

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

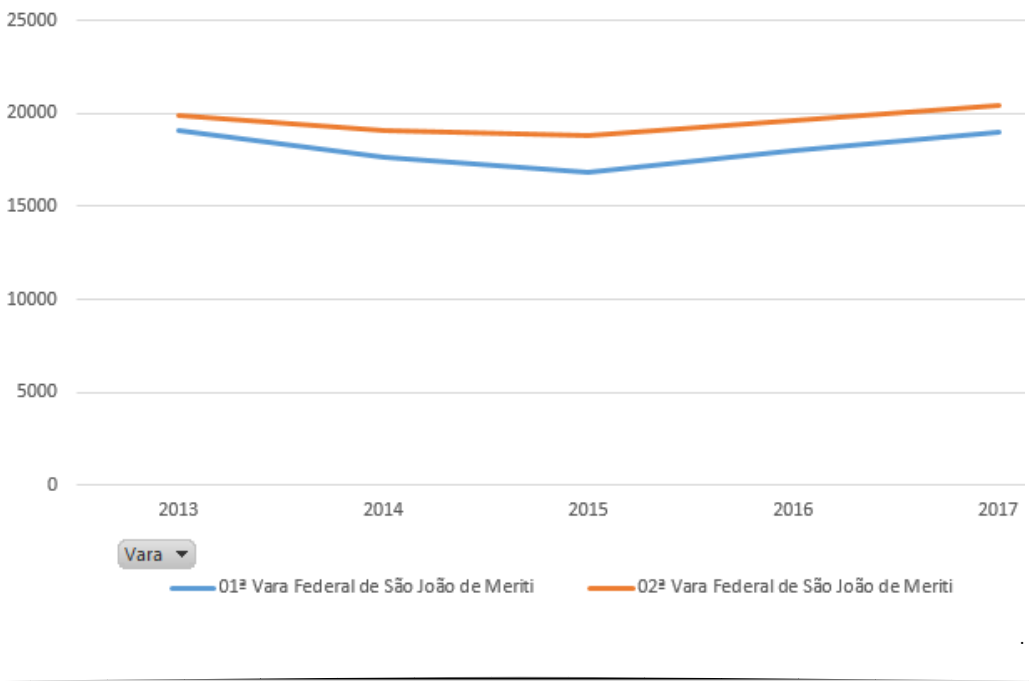
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correcionado:

	Correição junho/15 *	**Correição abril/16 ***	**Correição out/2017**
Total	17.049	17.589	18.615
Suspensos	12.916	13.505	14.456
Remetidos para julgar recurso	938	496	698
Tramitação ajustada	3.195	3.588	4.159

*Dados obtidos nas Correições anteriores, revisados pelo Portal de Estatísticas em outubro/2017.

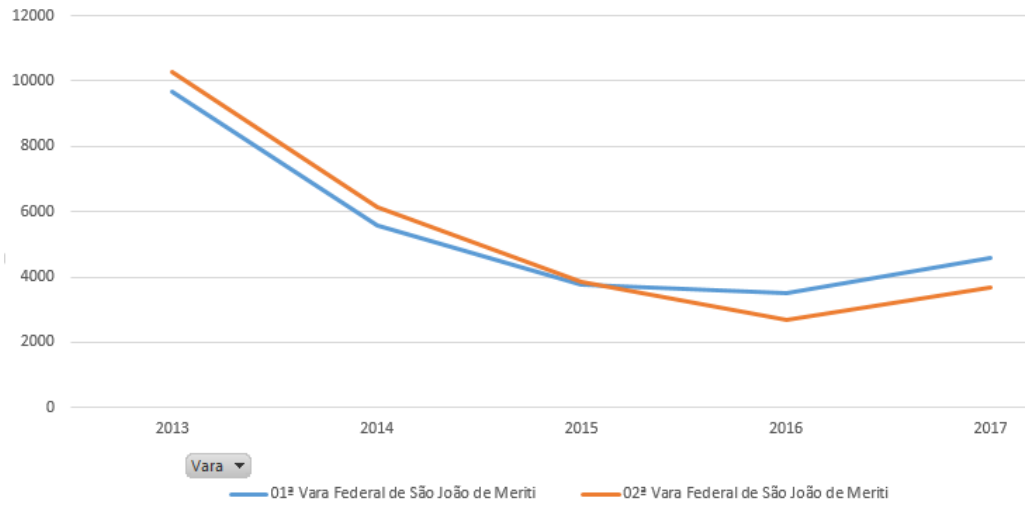
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo entre Varas Federais mesma competência (mês de referência: setembro)

7.2.1. Acervo total

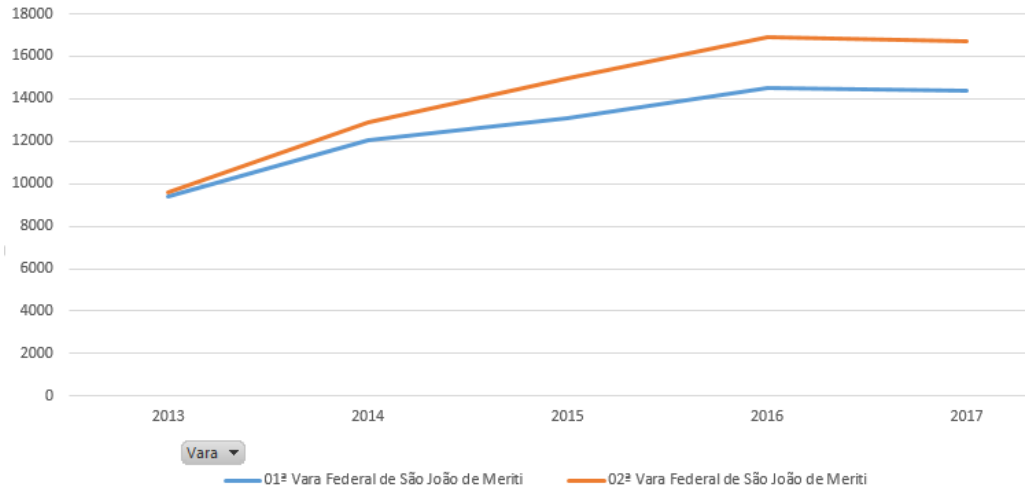


Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

7.2.2. Acervo ativo



7.2.3. Acervo suspenso



Observa-se que o acervo das duas Varas Federais com competência para ações Tributárias, Monitórias, de Execuções Fiscais e Extrajudiciais no Município de São João de Meriti oscila de maneira bastante similar, não se notando graves distorções entre ambas.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

São identificados, priorizados e processados pelo apoio ao Gabinete os processos de grandes devedores, cuja definição é feita pelo Juízo, com base no valor da causa acima de R$ 1.500.000,00.

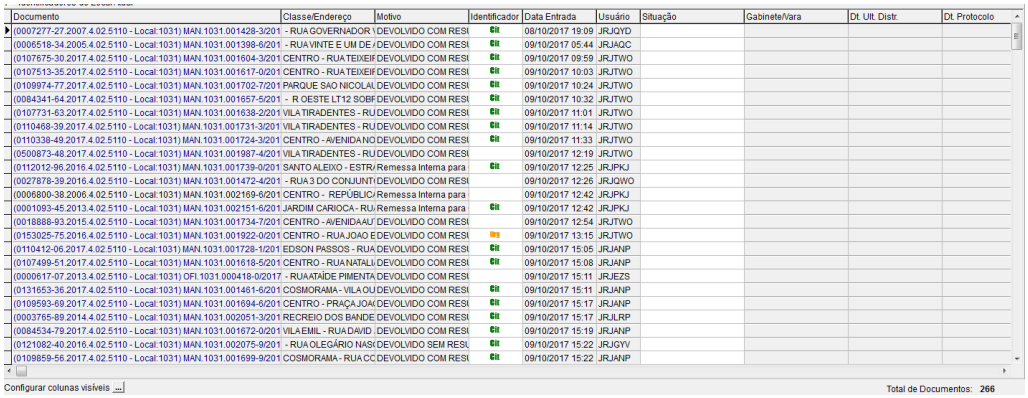
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

Os processos recebem movimento de conclusão para despacho após a juntada de petições e mandados, caso não haja pendência de cumprimento de outra ordem judicial; todavia, se o servidor da Secretaria verificar que está apto para julgamento, altera a conclusão para sentença, encaminhando o processo ao gabinete. A conversão em diligência não é frequente.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

9.1. Balcão de entrada



Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara	Dt. Ult. Distr.	Dt. Protocolo
(0007277-27.2007.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001428-3/201	- RUA GOVERNADOR \	DEVOLVIDO COM RES(	Git	08/10/2017 19:09	JRJQYD				
(0006518-34.2005.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001398-6/201	- RUA VINTE E UM DE /	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 05:44	JRJAQC				
(0107675-30.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001604-3/201	CENTRO - RUA TEIXEIF	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 09:59	JRJTWO				
(0107513-35.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001617-0/201	CENTRO - RUA TEIXEIF	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 10:03	JRJTWO				
(0109974-77.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001702-7/201	PARQUE SAO NICOLAL	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 10:24	JRJTWO				
(0084341-64.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001657-5/201	- R OESTE LT12 SOBF	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 10:32	JRJTWO				
(0107731-63.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001638-2/201	VILA TIRADENTES - RU	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 11:01	JRJTWO				
(0110468-39.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001731-3/201	VILA TIRADENTES - RU	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 11:14	JRJTWO				
(0110338-49.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001724-3/201	CENTRO - AVENIDA NO	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 11:33	JRJTWO				
(0500873-48.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001987-4/201	VILA TIRADENTES - RU	DEVOLVIDO COM RES(		09/10/2017 12:19	JRJTWO				
(0112012-96.2016.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001739-0/201	SANTO ALEIXO - ESTR/	Remessa Interna para	Git	09/10/2017 12:25	JRJPKJ				
(0027878-39.2016.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001472-4/201	- RUA 3 DO CONJUNTI	DEVOLVIDO COM RES(		09/10/2017 12:26	JRJQWO				
(0006800-38.2006.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.002169-6/201	CENTRO - REPÚBLIC/	Remessa Interna para		09/10/2017 12:42	JRJPKJ				
(0001093-45.2013.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.002151-6/201	JARDIM CARIOCA - RU/	Remessa Interna para	Git	09/10/2017 12:42	JRJPKJ				
(0018888-93.2015.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001734-7/201	CENTRO - AVENIDA AU	DEVOLVIDO COM RES(		09/10/2017 12:54	JRJTWO				
(0153025-75.2016.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001922-0/201	CENTRO - RUA JOAO E	DEVOLVIDO COM RES(	Org	09/10/2017 13:15	JRJTWO				
(0110412-06.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001728-1/201	EDSON PASSOS - RUA	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:05	JRJANP				
(0107499-51.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001618-5/201	CENTRO - RUA NATALI	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:08	JRJANP				
(0000617-07.2013.4.02.5110 - Local:1031) OFI.1031.000418-0/2017	- RUA ATAÍDE PIMENTA	DEVOLVIDO COM RES(		09/10/2017 15:11	JRJEZS				
(0131653-36.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001461-6/201	COSMORAMA - VILA OU	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:11	JRJANP				
(0109593-69.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001694-6/201	CENTRO - PRAÇA JOA(	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:17	JRJANP				
(0003765-89.2014.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.002051-3/201	RECREIO DOS BANDE	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:17	JRJLRP				
(0084534-79.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001672-0/201	VILA EMIL - RUA DAVID	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:19	JRJANP				
(0121082-40.2016.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.002075-9/201	- RUA OLEGÁRIO NAS(	DEVOLVIDO SEM RESU	Git	09/10/2017 15:22	JRJGYV				
(0109859-56.2017.4.02.5110 - Local:1031) MAN.1031.001699-9/201	COSMORAMA - RUA CC	DEVOLVIDO COM RES(	Git	09/10/2017 15:22	JRJANP				

Configurar colunas visíveis ...

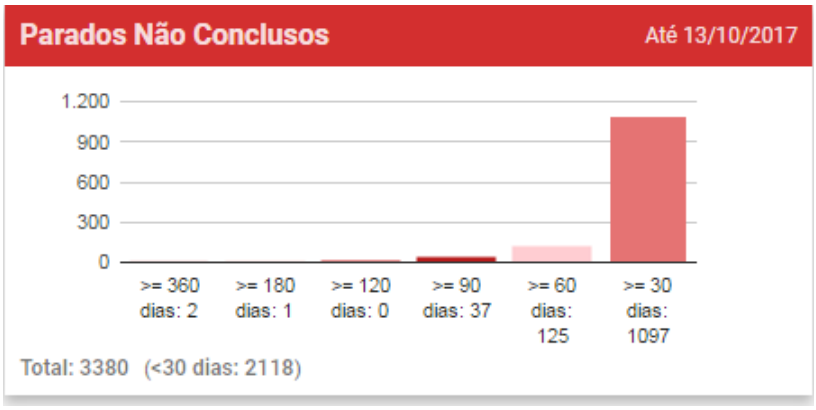
Total de Documentos: 266

No dia 16/10/2017, às 11:34 horas, existiam 106 processos : e 160 expedientes (mandados e ofícios devolvidos pela Seção de Mandados) aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza	Observação
10/10/17	0007062-95.2000.4.02.5110	Exec. Fiscal	Devolvido pelo TRF - baixa findo
10/10/17	0000727-45.2009.4.02.5110	Ação Monitória	Crédito Educativo
10/10/17	0004942-35.2007.4.02.5110	Exec. Fiscal	IPTU
10/10/17	0500732-97.2015.4.02.5110	Restauração de autos	IPTU
10/10/17	0008379-84.2007.4.02.5110	Emb. à exec.	IPTU

9.2. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade



Não há processos sem movimentação além dos prazos fixados na CNCR, os 3 (três) processos acima listados foram reativados automaticamente pelo sistema APOLO após encerrado o período de suspensão.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0004247-28.2000.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	remessa à FN	102	03/07/17
0978945-48.1998.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	remessa à FN	99	06/07/17
0004695-54.2007.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	Sentença extinção 6/7/17	92	13/07/17
0002141-88.2003.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	Exped Carta Precat. para citar coexecutado	85	20/07/17
0004369-07.2001.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	remessa FN	84	21/07/17
0002746-34.2003.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	remessa FN	84	21/07/17
0009041-92.2000.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	FN informou inexistir causa suspens ou interrup prescr.	52	22/08/17
0009019-34.2000.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	Intimada FN para dizer se há causa suspens ou interrup prescr.	52	22/08/17
0001350-22.2003.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	FN informou inexistir causa suspens ou interrup prescr.	52	22/08/17
0003269-51.2000.4.02.5110	Exec Fiscal	sim	FN informou inexistir causa suspens ou interrup prescr.	52	22/08/17

9.3. Publicação de atos judiciais

A unidade cumpre o prazo de 10 dias entre a intimação e a publicação dos atos no DJE fixado no art. 181, da CNCR, conforme se vê no quadro a seguir:

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

Total Geral de Boletins Gerados	Período	10/2016 a 09/2017
	Processos	5.271
	Boletins	191
	Média (Proc. / Bol.)	27,60
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,97

Fonte: PORTAL, acesso em 13/10/2017

9.4. Registro de início do cumprimento do julgado

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)[5].

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 4 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017 | Mês : Setembro

Vara | Execução de Sentença - Fase 18 | Requisição Valor

Medidas | Situacao Processo

		01ª Vara Federal de São João de Meriti		
		Informada	Não Informada	Total
		Sim	Sim	
Processos	Trâmite	4	4	8
	Suspenso	1		1
	Total	5	4	9

Fonte: PORTAL, acesso em 13/10/2017

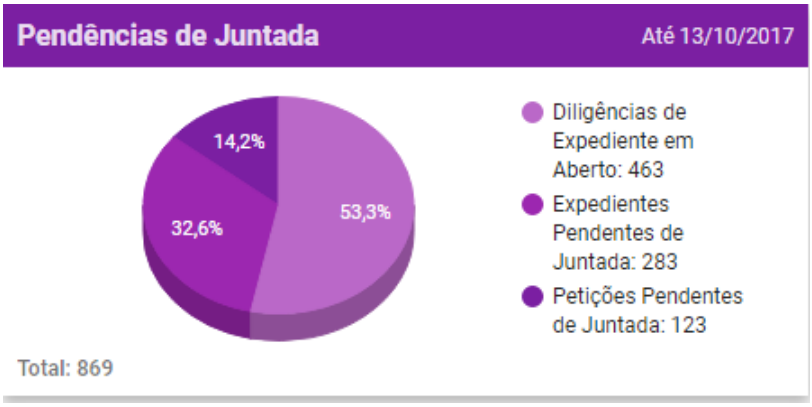
A equipe de correição constatou no Portal de Estatísticas na data de fechamento deste relatório que a quantidade de processos sem registro da fase 18 em processos com RPV expedido aumentou de 4 para 6 processos desde a Correição.

[5] O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

Sugere-se estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18).

9.5. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 13/10/2017

Dentre as petições pendentes constantes do relatório extraído do Painel de Indicadores foram solicitadas à Diretora de Secretaria as seguintes:

Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguard a juntar	Local do processo
-	2004.1031.034951-5	0001685-75.2002.4.02.5110	-	4785	TRF
-	2005.1031.005583-9	0001685-75.2002.4.02.5110	-	4355	TRF
-	2005.1031.006017-4	0001685-75.2002.4.02.5110	-	4322	TRF
-	2008.1031.000033-0	0001686-60.2002.4.02.5110	-	3565	TRF
-	2008.1031.002143-5	0005879-45.2007.4.02.5110	-	3397	Jz Deprec.

Contudo, a Diretora não as localizou, esclarecendo que foram protocolizadas na gestão anterior, e acreditando tratar-se de faxes e Avisos de Recebimento dos Correios. Sugere-se, ao Juízo adotar as providências para regularizar a situação das petições com cadastro antigo não localizadas.

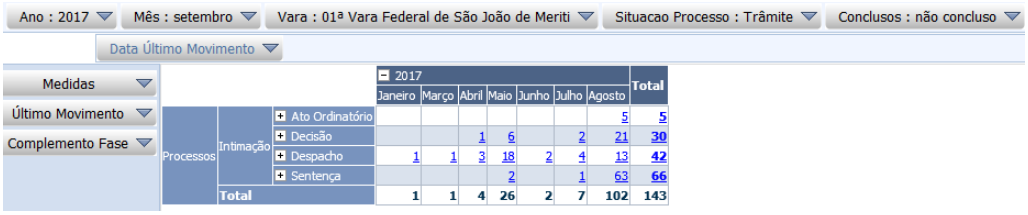
Na data de fechamento deste relatório o Painel de Indicadores aponta haver 214 petições pendentes além do prazo estabelecido no art. 180, da CNCR, as mais antigas listadas a seguir:

Processo	Local do processo	Expediente/Petição	Nº Dias

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

0001685-75.2002.4.02.5110	TRF - 2ª Região	2004.1031.034951-5	4942
0001685-75.2002.4.02.5110	TRF - 2ª Região	2005.1031.005583-9	4512
0001685-75.2002.4.02.5110	TRF - 2ª Região	2005.1031.006017-4	4479
0001686-60.2002.4.02.5110	TRF - 2ª Região	2008.1031.000033-0	3722
0005879-45.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.002143-5	3554
0005851-77.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.002145-1	3554
0007572-64.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.002824-3	3519
0007246-07.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003884-2	3478
0007209-77.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003886-9	3478
0000683-60.2008.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003887-7	3478
0000846-74.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003888-5	3478
0005579-83.2007.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003889-3	3478
0001029-11.2008.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003890-7	3478
0001174-67.2008.4.02.5110	Juízo Deprecante	2008.1031.003986-5	3472
0003675-33.2004.4.02.5110	Arquivo Geral - Rio de Janeiro	2010.1031.003154-1	2789

9.6. Expedientes para cumprimento de ordem judicial



Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 143 processos sem movimentação pela Secretaria.

Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0000717-40.2005.4.02.5110	Exec. Fiscal	sim	Suspensão por RE com Repercussão Geral	4	02/10/17
0001803-12.2006.4.02.5110	Exec. Fiscal	sim	Penhora Bacenjud	4	04/10/17
0007585-97.2006.4.02.5110	Exec. Fiscal	não	Decisão de extinção em relação a 3 CDA's	32	19/09/17
0000870-05.2007.4.02.5110	Exec. Fiscal	não	Decisão de 30/08/17, determinando restrição via	40	10/10/17

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

			SERASAJUD		
0005417-88.2007.4.02.5110	Exec. Fiscal	não	Juntada petição ANP	143	19/10/17

A equipe de correição verificou, na data de fechamento deste relatório, a existência de 70 processos parados à espera de ato cartorário há mais de 180 dias, listados os mais antigos:

Processo	Tempo Em Dias	Classe
0005822-90.2008.4.02.5110	321	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO
0106983-36.2014.4.02.5110	301	EXECUÇÃO FISCAL
0978945-48.1998.4.02.5110	256	EXECUÇÃO FISCAL
0003676-18.2004.4.02.5110	224	EXECUÇÃO FISCAL
0006101-18.2004.4.02.5110	209	EXECUÇÃO FISCAL
0979520-56.1998.4.02.5110	209	EXECUÇÃO FISCAL
0759710-45.1999.4.02.5110	209	EXECUÇÃO FISCAL
0000415-79.2003.4.02.5110	209	EXECUÇÃO FISCAL
0755180-95.1999.4.02.5110	209	EXECUÇÃO FISCAL
0007725-39.2003.4.02.5110	206	EXECUÇÃO FISCAL
0006523-41.2014.4.02.5110	206	EXECUÇÃO FISCAL
0001025-18.2001.4.02.5110	203	MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO

Sugere-se identificar e movimentar os processos que aguardam atos cartorários além do prazo de 120 dias estabelecido na CNCR para as Execuções Fiscais (art. 228).

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

9.7. Remessa externa

Constam 07 processos físicos com prazos de carga a órgão externos para vista extrapolados, inspecionados os processos abaixo:

Processo	Classe	Carga ao(à)	Data da remessa	Observação
0003961-06.2007.4.02.5110	Exec Fiscal	Faz Nac.	26/09/17	Processo devolvido em 30/10/17, após a semana de correição
0005000-38.2007.4.02.5110	Exec. Fiscal	Faz Nac	26/09/17	Processo devolvido em 30/10/17, após a semana de correição
0005120-81.2007.4.02.5110	Exec Fiscal	Faz Nac	26/09/17	Processo devolvido em 30/10/17, após a semana de correição
0004641-93.2004.4.02.5110	Exec Fiscal	Faz Nac	26/09/17	Processo devolvido em 30/10/17, após a semana de correição
0009214-48.2002.4.02.5110	Exec Fiscal	Faz Nac	26/09/17	Processo ain da não devolvido

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que "o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito "erga omnes" das decisões.

Inspecionados os únicos feitos na situação indicada acima:

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Data último Movim.
0003366-02.2010.4.02.5110	MS Coletivo	Associação Comercial de Petrópolis pleiteia não ser compelida ao recolhimento de contrib. previd.	sim	Suspensão por Reperc. geral	04/08/17
0003371-24.2010.4.02.5110	MS Coletivo	Associação Comercial de Teresópolis pleiteia não ser compelida ao recolhimento de contrib. previd.	sim	Aguarda decisão do STF em reperc. geral	20/10/16

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

11. PROCESSOS SUSPENSOS

A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico, anotando a data do término, conforme os exemplos a seguir:

Local Virtual	Nº de Processos
SUSPENSOS ART. 40 LEF	6699
SUSPENSOS PARCELAMENTO	1136
SUSPENSOS - ETE e MONITÓRIA 921, III CPC	249
SUSPENSOS - sobrestados recurso repetitivo/repercussão geral	37
SUSPENSOS ATÉ 2012 - PARA VERIFICAR	1206

Nos processos físicos, é realizado procedimento semelhante, anotando-se nos escaninhos a data da prescrição, verificada semestralmente. A unidade confere confere periodicamente a permanência das execuções fiscais em programas parcelamento do débito.

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão:

Repercussão geral/Recursos repetitivos	Paradigma	Situação
00033660220104025110	RE 65160	Suspenso em 23/06/2016

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
00030903920084025110	Aguarda decisão de instância superior	24/05/10	Despacho determinando a suspensão do feito
00625839520134025101	Art. 40 da LEF	04/05/16	Despcho intimando a exequente
00260174819984025110	Embargos à execução	15/01/14	Despacho encaminhando os autos à SEDIS
05271440520094025101	parcelamento	19/03/13	Despacho suspendendo o curso da execução
05271440520094025101	Cumprimento precatório/RPV	30/03/17	Ato ordinatório ordenando a expedição de precatório

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

12. RPVs E PRECATÓRIOS

A unidade correcionada enviou 04 precatórios e 33 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (01/10/2016 a 30/09/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao 14 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
00052763020114025110	RPV	01/09/17	-	Conferida a RPV em 06/09/2017
00036501520074025110	RPV	01/04/17	04/04/17	Requisição 51.01031.2017.000012, nº no TRF 20170497
07610018019994025110	RPV	02/05/17	-	Despacho de 19/09/2017, fl. 37, determinando o não envio da RPV até a habilitação dos sucessores
00069605820094025110	RPV	01/08/17	-	Despacho de 06/10/2017, mandando intimar o beneficiário para se manifestar sobre a RPV
07572049619994025110	RPV	01/09/17	-	Conferida RPV em 22/09/2017, fl. 323

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

13. BENS PENHORADOS

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 02/10/2017, apresenta cadastramento de 33 bens penhorados pelo Juízo. Analisados a amostra de feitos a seguir, não se constatou, s.m.j., falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
0751603-12.1999.4.02.5110	01/04/09	sim	Penhora de imóvel residencial, avaliado em R$ 90 mil.
0009162-81.2004.4.02.5110	06/10/09	sim	Decisão de 4/9/13, determinando o arquiv. dos autos, sem baixa, em face do valor da divida estar abaixo do limite da Portaria MF 75/2012.
0008817-86.2002.4.02.5110	10/01/12	sim	O executado quitou o débito com a União e requereu a retirada do gravame junto ao RGI em 16/05/2017
0008352-77.2002.4.02.5110	10/06/10	sim	Processo suspenso art. 40 da LEF
0004828-91.2010.4.02.5110	25/04/12	sim	Bem levado a leilão em 11/10/2012. Leilão com certidão negativa (bem não arrematado). Processo suspenso art. 40 da LEF.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.

Em 02/10/2017 havia 18 processos com anotação de acautelamento de bens, tais como CD's, cartas de fiança, cheques, notas promissórias e guias de depósito da CEF, guardados no cofre da Secretaria, aberto, durante a Correição, na presença de dois servidores da Corregedoria, da Diretora de Secretaria e do Supervisor.

Processos analisados

Processo	Data do acautelamento	Correspondência do registro APOLO com o acautelado	Observação
00221046520104025101	03/05/16	sim	Último movim: Autora apresenta cálculos atualizados de condenação. Bem acautelado permanece no cofre do Juízo.
01014151020124025110	13/04/16	sim	Despacho de 10/10/17, mandando intimar as partes para informarem se têm interesse no CD acautelado.
01273369720144025110	16/03/16	sim	Embargante apresentou cálculos atualizados de condenação. O bem acautelado permanece no cofre.
05000792720174025110	18/05/17	sim	Despacho de 03/10/17, deferindo a JG ao embargante. Bem acautelado permanece no cofre.
05002591420154025110	04/08/15	sim	Aguarda julgamento de recurso pelo TRF. Bem acautelado permanece no cofre.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

15. LIVROS E PASTAS

O órgão correcionado dispõe de 03 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

1) Ponto;

2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;

3) Reclamações e inspeções

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras. As folhas do livro de carga de autos a advogados estão numeradas e rubricadas, e as folhas dos livros de ponto e reclamações estão numeradas e não rubricadas. Não há registros de reclamações.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 01 VF SJM está localizada no 6º andar do prédio 1.090 da Av. Presidente Lincoln, Vilar dos Teles, São João de Meriti/RJ, CEP: 25555201, com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa no 6º andar utilizada pelas 1ª e 2ª Varas para refeições.

O Gabinete da Juíza Federal Substituta é amplo, com mesa, poltronas, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juízes e da Secretaria funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

A Vara não tem sala própria de audiências, compartilhando sala de outras Varas noutro andar do mesmo prédio.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

17. TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL

17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)

A Vara Federal estipula limite mínimo de R$ 1.500.000,00 como critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR). A Fazenda Nacional não apresentou à unidade limite que considera a execução fiscal relativa a grande devedor.

Por amostragem, foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidade no processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses ?*	Último Movim.	Data último Movim.
07520015619994025110	Cr$ 7.054.535,00	17/10/85	sim	FN pediu a baixa por remissão	23/08/17
00069614320094025110	R$ 1.485.887,37	03/11/09	sim	Public de despacho de 25/9/17	10/10/17
00069605820094025110	R$ 1.485.887,37	28/10/09	sim	Intimação do beneficiário para manifest sobre expedição de RPV	16/10/17
00068003820064025110	R$ 1.173.351,16	30/10/06	simi	Decisão determinando citação da executada	04/10/17
00038049620084025110	R$ 1.094.412,00	08/09/08	sim	FN informa inexistir causa interrup ou suspens da prescr	28/08/17

* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

17.2. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados

Há um leiloeiro atuando na Vara, indicado pela Fazenda há mais de 5 anos, mantido pela atual gestão. Com a nova resolução da Corregedoria, que está se adequando ao novo CPC, a indicação de leiloeiros será alterada. Há leilão unificado entre as 1ª e 2ª Varas Federais de SJM, geralmente, nos meses de junho e novembro. Há uma planilha de uso comum pelos servidores, no drive da rede da SJRJ, em que são anotados os processos com agenda de leilão. Não foram mencionadas dificuldades.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR

As recomendações feitas na correição anterior (04/04/2016 a 08/04/2016), a seguir listadas, foram integralmente cumpridas no prazo concedido ao Juízo por esta Corregedoria (30 dias), conforme detalhado no Ofício JFRJ-OFI-2016/06325:

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, principalmente a meta 5.

2. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido.

3. Diligenciar no sentido de juntar as petições/documentos pendentes.

4. Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 no sistema Apolo, considerando que o mapa estatístico apontou 1.678 processos com tal fase não informada.

5. Buscar o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro do movimento de conclusão para sentença, de modo a evitar que as sentenças sejam classificadas como 'vazias';

6. Revisar, salvo melhor juízo, a classificação da sentença proferida no processo n. 0002214-16.2010.4.02.5110, classificada como tipo "A", de fundamentação individualizada.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS

1- A Corregedoria estabelece prazos para despachos, decisões e sentenças; todavia, a Vara trabalha com metas de prazos menores e, ainda, procura, a cada mês reduzir em um dia a respectiva meta;

2- A Diretora e supervisores expedem semanalmente relatórios para verificação da conclusão vencida;

3- A Direção promove mutiróes quando há acúmulo em determinanda demanda de trabalho, a exemplo de inserção de prazo final no movimento de suspensão no Apolo;

4- A Diretora adota uma gestão participativa, tomando decisões sempre após ouvir as opiniões de toda a equipe;

5- São realizadas reuniões mensais para divulgar os resultados alcançados;

6- É oportunizado o teletrabalho para as servidoras com filhos em idade escolar;

7- Os servidores são incentivados a realizar os cursos oferecidos pela Justiça Federal;

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES

Sugere-se ao órgão correcionado, no prazo de 30 dias:

1. Estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema APOLO (movimento 18) – item 9.4;
2. Adotar as providências para regularizar a situação das petições com cadastro antigo não localizadas (item 9.5);
3. Identificar e movimentar os processos que aguardam atos cartorários além do prazo de 120 dias estabelecido na CNCR para as Execuções Fiscais (art. 228) - item 9.6.

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade

21. ENCERRAMENTO

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional MARCOS AUGUSTO RODRIGUES GUILAM, JOSÉ VICENTE BENEVENUTI e CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO ROCHA, revisado e subscrito por FABIO ALDROVANDO, Assessor Judiciário, matrícula 15.939, nesta data.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2018.

FABIO ALDROVANDO
Assessor Judiciário

Documento No: 977681-8-0-422-40-592709 - consulta à autenticidade do documento através do site http://portal.trf2.jus.br/autenticidade